

## O DESLOCAMENTO DO FAZER POLÍTICO NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES\*

Benedita Maria Gomes Esteves\*\*

### Resumo

O estudo trata da transmissão cultural entre famílias seringueiras, na Reserva Extrativista Chico Mendes, na região do Vale do Acre. Tal reflexão faz parte de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é tentar perceber os fatores internos e externos da mudança de posição de seringueiro “cativo” para “guardião de floresta”, seus desdobramentos e constrangimentos. O contexto das mudanças é reconstruído a partir das trajetórias coletivas e individuais, em que histórias de vida e biografias ganham importância metodológica. Em cinco famílias de lideranças seringueiras, identificam-se três gerações: os migrantes nordestinos, os acreanos filhos de nordestinos (velhas lideranças) e os acreanos (jovens lideranças). Esta reflexão parte da geração que construiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapurí (AC), os acreanos filhos de nordestinos, resgatando fatores que se configuraram para o deslocamento da atuação sindical para outras formas do fazer político.

### Palavras-chave

Gerações de seringueiros; formas de extrativismo; organizações políticas.

### Abstract

*The study approaches the cultural transmission among rubber-tapper families at Chico Mendes Extraction Reserve, in the region of Vale do Acre. This reflection is part of an ongoing research that aims at trying to perceive the internal and external factors contributing to the rubber-tapper's shift in position – changing from a “captive” rubber-tapper to a “forest caretaker” –, its consequences and limits. The context of the changes is reconstructed by means of collective and individual life histories and biographies, which gain a methodological status. In five families of rubber-tapper leaderships, three generations are identified: the migrants from the Northeast of Brazil; those who were born in the state of Acre, who are children of the Northeastern migrants (old leaders); and those who were born in Acre (young leaders). The present reflection is based on the generation that constructed the Rural Workers Labor Union of Xapurí, Acre – the people who were born in Acre, who are children of Northeasterners –, approaching the factors that contributed to the shift of the labor union's action to other forms of political action.*

### Key-words

*Generations of rubber-tappers; extraction forms; political organizations.*

No conjunto das unidades familiares e produtivas que formam uma “comunidade”, na Reserva Extrativista Chico Mendes, convivem gerações diferenciadas. Elas se articulam entre si e constituem o tecido social por meio de relações de parentesco, base das afinidades políticas que configuram uma comunidade. Mas, hoje, após a conquista do direito de permanecerem nos seringais e a conseqüente reestruturação desses espaços, os trabalhadores seringueiros denominam “comunidade” o que foi, no passado, um seringal, isto é, uma unidade encapsuladora de produção administrada por um patrão. Sob sua proteção e aquiescência, aglutinava nordestinos, índios, peruanos, bolivianos, portugueses, libaneses, entre outros. Identificados dessa forma para caracterizar a diversidade administrativa por unidade fundada na autoridade do patrão, eles se organizaram sob outras bases. A miscigenação originou uma sociedade que vivia em função da economia extrativista da borracha e da castanha, mas expressiva do universo social em que se configurou. Tal terminologia, como criação política para expressar outra forma de organização social e econômica, encerra uma concepção política de coletividade, com desdobramentos que atingem as instituições administrativas da Reserva Extrativista (Resex), nas suas mais diferentes práticas, e encobrem as diferenças e disputas internas que as envolvem.<sup>1</sup>

Essa encantada noção de “comunidade” adquiriu melhor expressão com os últimos acontecimentos, espetaculares, que marcaram a trajetória dos seringueiros no Acre. Encantamento que atinge intelectuais, quando pretendem, por meio da “história dos vencidos”, colocar-se como interlocutores dos “esquecidos”. Valendo-se de uma desgastada forma narrativa, reduzem os agentes sociais a meros personagens, construídos a partir de sua própria visão. Tal elaboração, ao reincidir sobre a forma tradicional de fazer história, apenas muda os atores de dominantes para dominados, mantendo os mesmos referenciais teóricos, característicos da história positivista.

De outro lado, a particularidade que encerra o processo de mudança da trajetória social de seringueiro “cativo” para “guardião da floresta”, expressiva das correlações de forças que sustentam o movimento político subjacente a tal processo, constitui terreno fértil de referências para essa “outra história”. História que se torna concreta não somente para o pesquisador, mas também para aqueles que construíram a adesão na crença de que mudanças são produzidas por luta política ou por construção de alternativas econômicas baseadas na exploração sustentável dos recursos naturais.

Esta reflexão faz parte de um estudo mais amplo,<sup>2</sup> no qual procuro reconstruir as redes de relações sociais, dispostas num determinado espaço, entre as gerações de famílias de lideranças que trabalham na cidade de Xapuri (AC), e identificar, a partir das

instituições administrativas e políticas, práticas e articulações relacionadas à conquista do bem mais significativo no processo de luta por terra: a floresta. Dessa forma, o estudo da transmissão da herança entre três gerações tanto pode representar tempos diferenciados, mas inter-relacionados, como elucidar diferenças e conflitos não presenciados e dissimulados pelos laços de parentescos ou afinidades, aos olhos de estranhos.

As histórias de vida se apresentam como um material histórico extremamente rico e atestam claramente como as dimensões sociais, econômicas e psicológicas da transmissão cultural encontram-se inextricavelmente ligadas. Neste trabalho, o interesse recai sobre uma cadeia de transmissão cultural, incluindo a trajetória de instituições de representação coletiva, os modelos de comportamentos e as tradições. Dessa maneira, selecionei cinco famílias de lideranças que estão envolvidas na construção do movimento social dos seringueiros, nas suas diferentes incursões. São representativas do universo de trajetórias familiares, em que pais e filhos envolvem-se diretamente nas instituições de representação política e administrativa da Resex.

A partir das posições assumidas por essas lideranças, identificamos três gerações: a geração dos nordestinos que representa um passado sofrido e sem glórias, recompondo, assim, um fragmento da história que justifica o presente, de superação, marcado pela coragem, bravura e luta por direitos. Um presente glorificado de adjetivações emblemáticas de um novo cidadão que encerra o tempo do seringal. São os acreanos, mas filhos de nordestinos, responsáveis pela passagem do tempo do “cativeiro” para o da “liberdade”. A geração dos acreanos, ou das jovens lideranças, rememora, pelas regras sociais estabelecidas, tempos passados, mas recria outras, dando-lhes novos sentidos, cujos significados estão incorporados nas categorias de trabalhadores socialmente reconhecidas e diferenciadas: os pára-florestais.

Metodologicamente, sintetizamos a partir da ação da geração de lideranças que construiu o sindicato: os acreanos filhos de nordestinos. Reconstruímos os desdobramentos e o entendimento dos fatores configurados para o deslocamento das formas políticas de representação. Tais alterações são traduzidas em formas racionais de uso dos recursos naturais como manifestação do uso da terra, na reserva extrativista, a partir da presença do Estado.

Do ponto de vista dos entrevistados, a história dos seringueiros começou quando os nordestinos chegaram ao seringal. O período mais remoto é marcado pelo tempo do patrão, que se funde a um tempo recente – do fazendeiro –, como foco iluminado pela memória social. Tal aproximação pode ser entendida pela representação dos dois “senhores”, sintetizando as formas de opressão à qual foram submetidos, mas que a memória selecionou para expressar o passado e se contrapor ao presente.

Com precisão, as reconstituições históricas partem da época da transição, marcada pela ruptura entre o passado cativo e o novo tempo de liberdade. Os seringueiros inventariados pela memória sofreram, lutaram contra o abuso dos patrões, venceram os fazendeiros e garantiram seus direitos. Tal processo pode indicar muitas interpretações, entretanto, mesmo a geração mais velha que se denomina nordestina, por exemplo, enfatiza o período das mudanças, enfocando as lutas e, sobretudo, as conquistas. Os relatos se iniciam com os sofrimentos infundáveis encerrados com a conquista da Reserva Extrativista, como salienta uma liderança da geração de acreanos, filhos de nordestinos, “se ainda não está bom, se nosso povo, hoje, vive passando necessidades, mas pelo menos ninguém mais vai nos expulsar do que é nosso”. Esta fala possibilita perceber que a identidade do grupo decorre do estatuto econômico livre e com direito sobre um determinado território que se tornou uma conquista de todos. Mesmo a geração mais jovem, a das lideranças, acreanas, que, no momento da transição, brincavam de empates<sup>3</sup>, incorporou parte desses direitos conquistados, sobretudo o território.

Essa geração de acreanos questiona, não os direitos sobre o território, mas a herança sobre o patrimônio, a floresta, cujo uso é motivado por uma outra inserção econômica, com os mercados nacionais e internacionais exigindo uma racionalidade diferenciada. Esta geração repõe as conquistas anteriores, a partir da distinção entre a herança ou o patrimônio e a propriedade. Embora a geração de filhos de nordestinos tenha vivido a transição para um tempo de autonomia e de direitos, como imagem coletiva, ela se tornou a matriz do atual estatuto econômico do grupo e responsável pela manutenção da forma de uso da terra atual, na Resex.

Esta geração assimilou duas vidas radicalmente opostas, segundo as concepções colhidas: uma de dor, sofrimento, tristeza, trabalho compulsório, ausência de perspectivas; outra idealizada como feliz, com contrapartidas compensatórias pelos projetos e sem intermediários despóticos. Consegue reatualizar, em seu discurso, categorias situadas historicamente no contexto mais geral da legitimidade da “conquista da terra”. Dessa

forma, demarca novos tempos advindos de novas formas de uso da terra, que redimensionam o conjunto das atividades extrativistas para atividades projetadas e/ou iniciadas a partir da recuperação de áreas degradadas e do manejo de recursos naturais.

### *A geração dos filhos de nordestinos e a floresta como um patrimônio*

Diante da ameaça da destruição dos meios necessários para a sobrevivência – casa e trabalho –, os seringueiros objetivaram, por meio de outras formas de organização social e política, seu pertencimento e seu investimento na reprodução dos princípios e das regras que os estruturavam. Esse modo de filiação e de constituição foi demonstrado pela delimitação física e social do mundo de interconhecimento e interdependência, que definia o trabalho e o sistema de relações no qual estavam inseridos.

Entre as referências pesquisadas, torna-se clara a valorização que os seringueiros atribuem ao conhecimento acumulado, no passado, a partir da relação com a natureza, como meio e fim de sua sobrevivência. O saber sobre a floresta se revela como pertencimento, intercruzando-se com outros modos de afiliações, parental, familiar e afins. O pertencimento possibilitou a delimitação da territorialidade, e o patrimônio foi requerido pelo direito à herança da terra e dos recursos naturais.

*Agora vem os “paulistas”, de fora, não entendem nada de seringa, quer dizer que o objetivo deles não é esse, eles querem é gado, pecuária. Mas devem ir para outro lugar, isso aqui é nosso, foi do meu avô, foi ele quem abriu isso aqui junto com meu pai ainda menino, e isso aqui ainda vai ser do meu filho e vai ficar para os meus netos. Nós somos cria daqui, vivemos aqui anos sem derrubar árvores, sem acabar com a floresta, que é o nosso patrimônio, um bem doado por Deus. Sem a floresta em pé não interessa para o seringueiro ficar aqui. Qual é a graça de plantar capim para o boi comer?*<sup>4</sup>

Identificando-se como crias, criaturas, exaltam a dedicação a uma forma de vida, na qual estão internalizados regras e costumes que os tornam eleitos para a sucessão de posições. Expressar-se como cria do seringal significa requerer a legitimidade do espaço físico, da floresta, domesticada e incorporada como parte da identidade do seringueiro. É a incorporação do espaço físico retraduzido em espaço social, motivação da garantia de reprodução social, física e simbólica do seringueiro, assim como reprodução de riquezas e poder econômico para os detentores do capital, nesse caso os patrões-seringalistas.

Esse atributo de pertencimento, acrescido à demarcação do ciclo de vida, à interdependência do parentesco (consangüíneo e afim) e da vizinhança – descendência simbólica –, acentua o peso da socialização e da identificação com um modelo cultural. O mundo referente é o seringal, espaço definido para a reprodução familiar. Os deslocamentos de um seringal para outro são motivados pelas possibilidades de reprodução da família, forma pela qual investem na recriação desse mundo.

A compreensão dessa forma de identificação é básica para o entendimento do sentido da luta por terra que ganha dimensão política. A reforma agrária do seringueiro nega o modelo de reforma agrária que define a posse agrária, legalmente instituída com caráter privado, a partir da priorização dos recursos naturais com prevalência de um modelo ecológico que manteve o seringal como espaço das relações coletivas, sob novas definições que revalorizam a floresta como patrimônio. No modelo proposto – Reserva Extrativista (Resex) –, a posse é secundarizada, pois a terra pertence à nação. Ao seringueiro é concedido o direito de uso da colocação, cuja área é estimada pelo total de árvores de seringa. Essa forma limita o uso dos recursos naturais a cada trabalhador, de acordo com o tamanho da sua área (aproximadamente 300 hectares). A peculiaridade reside na floresta, um patrimônio herdado, como uma unidade globalizadora que disponibiliza toda a riqueza a seus moradores.

O que caracteriza a herança, portanto, não é um sistema, a despeito de bens materiais acumulados serem transferidos, mas a sucessão de posições. O direito de uso segundo regras e interdições próprias, sobretudo a transmissão de bens simbólicos – identidade e memória sociais, crenças, saberes, *status* de pertencimentos, dívidas e obrigações –, que remonta ao trabalho contínuo de gerações. Muito mais, o direito de exercer o poder de pai-chefe de família, de transferir ao filho o saber-fazer, bem como o sistema de regras, de acordo com a honra e os costumes enraizados. Esse sentido da herança credenciou o movimento social dos seringueiros, liderados pela geração de acreanos filhos de nordestinos, para sua vinculação ecológica, em detrimento de outras formas de resolução dos conflitos, por meio de acordos e negociações, que envolviam outra relação social e cultural com os padrões seringalistas e a terra.

### *As mudanças intergeracionais e o espaço do político*

A geração de acreanos “jovens lideranças” que assume as instituições constituídas no movimento político dos seringueiros é marcada por uma trajetória do tempo da

liberdade e pelo discurso do sofrimento, para lembrar a vida no antigo seringal, que aparentemente se torna retórica, para a pesquisadora, para justificar as conquistas do presente. O passado foi vivido pelos pais ou avós que são chamados a narrá-lo diante dos questionamentos feitos, da mesma forma que os empates fizeram parte das brincadeiras de infância e assumiram lugar no imaginário construído para os argumentos que enquadram as lideranças dessa geração.

Esta geração conheceu outra linguagem, a dos direitos adquiridos. Sua infância e adolescência foram vividas na construção do tempo da esperança: das escolas e postos de saúde, das novas atividades agroflorestais que buscam uma alternativa econômica para os produtos da floresta, diante das demandas dos mercados. Parte dessas lideranças não cortou seringa, mas aprendeu a “olhar para a floresta”, atribuindo valor econômico para produtos ou criando formas de agregar valor na unidade de produção (colocação).

Outras práticas anteriores substituídas podem ser exemplificadas, como o uso das ervas medicinais, que outrora salvaram vidas e hoje são apenas mencionadas ou indicadas nos postos de saúde, pois é o medicamento industrializado que cura. A inserção desta geração no movimento político remete ao processo de divisão social do trabalho implementado nos antigos seringais por meio das escolas e dos postos de saúde do projeto seringueiro; a execução de projetos agroflorestais – os denominados Sistemas Agroflorestais (SAF's) –, que alteraram o uso da terra pelas práticas agroflorestais e pela redistribuição do solo com a utilização das áreas de capoeiras – espécie de área em pousio, de quintais – utilizadas para a criação de animais domésticos livremente e pequenas clareiras, num indicativo de racionalização desses espaços. Para técnicos e lideranças, tais atividades são consideradas emergenciais tanto para responder às pressões externas, como para manter os seringueiros nas suas unidades produtivas.

Baseados nas exigências dos interesses que definem novos produtos para o mercado de produtos da floresta, os seringueiros inseriram-se em atividades de reflorestamento, a partir de plantios consorciados em que as espécies são definidas pela aceitação nos mercados nacionais e internacionais. As mais comuns são pupunha, castanha, café, mogno, açaí, cupuaçu e cerejeira, entre outras. Dessa forma, a criação de um outro tipo de trabalhador surgiu e se consolidou muito rapidamente: os pára-florestais, responsáveis por essas atividades no interior da Resex.

A contribuição significativa do estudo da mudança social, considerando as gerações de famílias seringueiras, é a análise das determinações internas e pretende, neste caso, constituir-se numa forma de auxílio à compreensão de processos históricos afins. A

mudança da posição, como modelo de análise, corresponde tanto aos agentes que substancialmente foram sendo deslocados de práticas anteriores, como à totalidade que, emblematicamente, sintetiza a identidade de guardião da floresta.

Tal proposta auxilia na compreensão do surgimento de novas categorias, como os pára-florestais, que, a exemplo de tantas outras, não ocorre sem conflitos, mas cujas identidades surgem no processo interno de reorganização da base produtiva. Os impasses estão, neste caso, intrínsecos aos padrões de dominação vigentes, à organização da unidade de produção familiar. À medida que a geração de acreanos tenta diversificar a produção, os nordestinos, a geração formada pelos pais e avós, passam a se contrapor, seja pelo afastamento silencioso – de apostas e desafios lançados, negativamente –, seja reagindo de forma mais agressiva, proibindo filhos ou netos de exercerem tais atividades ou arrancando mudas.

Três tipos caricaturados de saberes, a princípio, vão marcar as diferenças entre as gerações estudadas: um tradicional, um político e um técnico. Os conflitos, antes restritos à unidade doméstica, próprios das diferentes concepções entre pais e filhos, extrapolam tal esfera e atingem as representações coletivas de decisões. O sindicato, que até então fora a entidade política de representação mais significativa, foi transformado em um símbolo emblemático das lutas, das lideranças e das conquistas anteriores. Hoje, não existe mais uma liderança de referência do movimento político dos seringueiros, assim como o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foi secundarizado ou esfacelado com a criação das Associações dos Moradores, por exigência do governo federal, de cooperativas e do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS).

Na geração de nordestinos, o saber sobre a floresta foi incorporado pela praticidade, na relação entre este ainda “brabo” e a aprendizagem do trabalho de extração acrescida pela necessidade de viver na floresta. Relações que os transformaram em “mansos”. A geração de seus filhos revalorizou esse saber e criou a necessidade de novos, a partir da institucionalização do movimento social, no processo de legitimação que exigiu dos “guardiões da floresta”, herdeiros da maior floresta tropical do planeta, conhecimentos técnicos e políticos. Coube, dessa forma, à terceira geração, a dos acreanos (jovens lideranças), buscar esses conhecimentos técnicos na tentativa de responder pela posição conquistada, ou seja, de se inserir, diretamente, no mercado com os produtos da floresta.

Tanto o saber político quanto o técnico estão referenciados para a constituição desse processo de reprodução social, em que o trabalhador submete-se diretamente à lógica do capital.<sup>5</sup> A legitimação das instituições administrativas está relacionada à profissionalização das lideranças que se fortalecem, a partir das estruturas definidas pelas relações



de parentesco consangüíneas e afins. Essa forma se manifesta no interior de cada “comunidade” (seringal), num indicativo dos descompassos existentes entre os saberes e o processo político que definiu os seringueiros como mediadores diretos de seus interesses. A combinação entre estruturas anteriores (parentesco) e a nova ordem é o espaço para a permanência de lideranças por dez, doze anos, que tendem a construir uma carreira política promissora.

A cada negociação com as entidades financiadoras, que a princípio não eram governamentais, surgiam demandas diferenciadas para serem equacionadas, seja em relação à administração das atividades previstas, seja em relação às necessidades de técnicos qualificados em detrimento das decisões políticas. Dessa forma, as gerações mais jovens, com maiores possibilidades de aprendizagem, mais do que saber ler e escrever, haviam acumulado um outro conhecimento, assimilado por outra lógica temporal, baseado nas práticas de negociações anteriores. O processo de aprendizagem que foi doloroso para as lideranças anteriores, como viajar de avião, aprender a conduzir uma assembléia e a dominar uma nova linguagem, assume outras feições.

Para os jovens acreanos, as barreiras são de outra natureza, como a gestão das instituições e o controle financeiro, que podem ser sintetizadas, mas não reduzidas ao controle administrativo.

### *A procura do espaço político: o sindicato na mediação entre o passado e o presente*

As lideranças responsáveis politicamente pela criação do sindicato não conseguem entender os desdobramentos das ações, das instituições especializadas que assumiram a administração da Reserva Extrativista: Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Cooperativa Agroextrativista de Xapurí (Caex) e Associação dos Moradores da Resex (Amorex). A geração de filhos de nordestinos considera o esvaziamento do sindicato a partir das mudanças conjunturais: não há mais motivação política, pois a conquista da “terra” é uma realidade aparentemente imutável. Dessa forma, não cabem mais os empates e os acampamentos, e, conseqüentemente, os papéis necessitam de redefinição.

O sentido do sindicato para essas lideranças somente pode ser entendido com a recuperação dos tempos vividos entre as três gerações mencionadas (nordestinos, acreanos filhos de nordestinos e os acreanos) ou do vínculo entre o que consideram passado e presente temática interessante para os historiadores. A denominação mais emblemática para expressar o significado do sindicato pode estar sintetizada nesta frase: “o sindicato

é o começo de tudo, ele é o pai, sem ele jamais existiria a Reserva e tantas outras conquistas”. Nesta afirmação, há um princípio básico de identidade, o da criação, o do reconhecimento da importância da instituição política. Para estes, o STR significa o início de uma outra forma de viver, na qual eles são agentes.

A crença no poder de ação do sindicato ainda é a motivação para repensar as reivindicações concretas, as “bandeiras políticas” que possibilitem a retomada das mobilizações, pois, por meio destas, esta geração conseguiu, politicamente, construir sua identidade. Estas lideranças não percebem, além da mudança do espaço político, a presença de uma outra instituição, que as administra e as enquadra em um processo de racionalização dos usos dos recursos naturais. Como salientam, as regras estão sistematizadas em um novo estatuto, o da Reserva, para identificar o Plano de Uso da Reserva Extrativista, administrado pela Associação de Moradores da Reserva, criada pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), especificamente para tal objetivo.

Para a geração de filhos de nordestinos, o STR é o responsável simbólico pela conquista da terra, dos direitos adquiridos, herdados de seus pais, heróis anônimos que desbravaram o território, limpam a terra, cortaram seringa e enriqueceram o país. Crença que mobiliza esta geração e justifica o presente, na medida em que as conquistas são lembradas pela geração das jovens lideranças, os acreanos. Entretanto, se a memória legitima as ações do presente, necessariamente não define o futuro. Os conflitos entre essas duas gerações (filhos de nordestinos e acreanos) é recorrente às decisões e aos encaminhamentos institucionais, a exemplo da utilização dos recursos naturais que envolve a exploração de madeiras nobres (cedro, cerejeira, mogno, cumarú, jatobá, etc.).

A continuidade de um projeto, cujo objetivo é redimi-lo por completo dos quase cem anos de reclusão social, escravizado pela dívida nos seringais do Acre e da Bolívia, está concentrada em outras bases econômicas e políticas, em que o ator coletivo se desfaz.

As prioridades estão pautadas nas necessidades das melhorias econômicas e das condições reais de trabalho, na garantia da realização da produção e de assegurar um futuro ainda não definido, pois “regido por uma lógica diferente, o mundo irreal do futuro e dos possíveis”<sup>6</sup> justifica, assim, a dimensão da política a partir da conquista do poder municipal.

## *A diversificação da produção e as incertezas do mercado*

Os conflitos característicos da geração de acreanos são decorrentes das conquistas anteriores. O desafio está na tentativa de viabilizar a diversificação da produção e atender à melhoria das condições de vida da população e ao mercado de novos produtos produzidos na floresta. Um mercado que encontra barreiras para sua expansão, como a da produção em escala e a do consumo.

Produtos tradicionais como castanha e borracha deparam-se com variáveis técnicas e naturais. A castanha, explorada em períodos de safra, tem sua produção limitada. Os novos plantios com espécies nativas têm problemas maiores, estão desordenados por não terem sido planejados a partir de parâmetros técnicos. Outros limites podem ser mencionados na forma de exploração de determinados produtos como a copaíba, cujo óleo era extraído de forma predatória, derrubando árvores. Tais formas de exploração exigem o manejo adequado, que também não pode ser avaliado pelas instituições ambientais, como Ibama, pois ainda não existem parâmetros tecnológicos definidos.

Dificuldades inerentes às novas práticas, inseridas no processo de negociação do jogo político que envolve o controle e o patenteamento de produtos, também fazem parte desse processo, pelas tentativas de formalizar parcerias com indústrias nacionais e internacionais. Entretanto, poucas são implementadas, como a fabricação do chocolate da castanha e o aproveitamento do látex para a fabricação do couro vegetal, entre outros.

Para o produtor, a borracha seria o produto de alternativa econômica imediata, pois não apresenta os problemas citados e, em que pese sua posição num mercado altamente competitivo em função da produção da borracha sintética, sua venda é garantida. Entretanto, a produção de borracha nativa também sofre problemas de qualidade, o que vem sendo superado com a nova forma adquirida (folha líquida), entre outros incrementos. As recentes políticas públicas e subsídios para o setor, implementados pelo governo do estado do Acre (Frente Popular), atraíram novos investidores. A fábrica italiana de pneus Pirelli tem comprado, diretamente, toda a borracha das cooperativas e associações dos trabalhadores. Os projetos destinados à utilização de subprodutos da borracha envolvem a fabricação de artesanatos, de preservativos e do couro vegetal e ecológico.

Dessa forma, o trabalhador agroflorestal define-se a partir de um processo que redimensiona o trabalho, nas colocações, com a diversificação da produção. Essa atividade exigiu investimentos políticos das lideranças, sobretudo com o discurso sobre o convencimento das vantagens econômicas. Essa alteração no uso da terra modificou as

relações sociais de produção, de trabalho e da organização do trabalho familiar nos seringais. Os conflitos interfamiliares intensificaram-se, particularmente entre os homens, em função das atividades que passam a se diferenciar sem o controle do chefe da família. O pai ou o avô perceberam que não dominam mais este saber e sentem-se ameaçados pelos filhos ou netos. A mãe, no papel de protetora dos filhos, sente-se orgulhosa de acompanhar a nova profissão, enunciadora de um novo tempo. A noção temporal passa a ser baseada nas exigências técnicas, a partir de cursos práticos e rápidos que envolvem as técnicas de produção de mudas, plantios, construção de viveiros, entre outros conhecimentos.

### *O Estado e o processo de racionalização dos recursos naturais*

Como demonstramos neste texto, as contradições e as exigências deste processo de transformação social em curso estão evidenciadas em condições concretas, mas determinadas a partir das instâncias e instituições formadoras da “nova” ordem. As lideranças, ao aceitarem a estratégia de implantar as reservas extrativistas como unidades de preservação ambiental, no âmbito administrativo do Ibama, e ao racionalizarem o uso dos recursos naturais, pelo Plano de Utilização, não tinham consciência das limitações da vida em uma área de Preservação Ambiental.

Ao reconhecer as reservas extrativistas como área de interesse social e ecológico (Decreto n. 98.897 de 30.01.1990) e transferi-las para a gestão da esfera ambiental, o Estado instituiu as Resex organicamente dentro do Ibama, uma unidade de apoio específica, destinada à gestão destas áreas que proliferaram em todo o país. E o CNPt (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais) concentra em sua própria sigla a diversidade de trabalhadores que até então conformavam grupos específicos habitantes da floresta, como índios, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, caucheiros, açazeiros, babaqueiros, etc. São categorias que adquiriram identidade política no processo de construção da unidade dos “Povos da Floresta”, por ocasião do II Encontro Nacional de Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta.

Ao serem incorporadas sob a denominação de “populações tradicionais”, toda a diversidade e a identidade política de “Povos da Floresta” foram substituídas e desprovidas de significado. Entretanto, os trabalhadores nunca se autodenominam “populações tradicionais”, terminologia que se adequou ao processo de centralização do Estado. Esse

processo esvaziou instituições políticas anteriores, como o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o próprio sindicato, embora não se possa atribuir somente ao Estado os acontecimentos que provocaram esse esvaziamento.

O CNPt é o órgão descentralizado do Ibama, cuja finalidade é “promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais” (Uma agenda humana para a conservação ambiental – CNPt/Ibama). De forma direta, as populações seringueiras passaram a ser administradas por um órgão que, a princípio, não se coloca como formulador de políticas públicas, mas como gestor das atividades demandadas e em execução, complementando sua atuação no âmbito do Ibama pela legislação ambiental. A atuação deste órgão estatal é direcionada para três linhas de trabalho: a) organização social e capacitação das populações tradicionais; b) gestão participativa dos recursos naturais; e c) incremento de alternativas econômicas sustentáveis que diminuam a pressão sobre os recursos naturais.

O estudo mais aprofundado sobre o papel do Estado na Resex Chico Mendes, em desenvolvimento pelo Grupo de Estudo sobre Sociedade e Meio Ambiente, deverá analisar o significado dos “técnicos do Estado”, substituindo e controlando esses trabalhadores, sobretudo por meio da organização social, anteriormente função política do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Para este artigo, limitamo-nos a demonstrar as mudanças ocorridas, por meio da instrumentalização necessária para que fosse efetivada no âmbito do Estado, o controle e a racionalização dos recursos naturais, pelo Plano de utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes.

O “Plano de Uso ou Estatuto da Reserva”, como é qualificado pelos moradores, começou a ser discutido com as “comunidades” em 1992, coordenado pelas instituições de representação política dos seringueiros, sindicatos (STRs) e Conselho Nacional (CNS). Entre os conflitos e as formas possíveis de estruturação das condutas, os trabalhadores participantes das discussões manifestaram preocupações relacionadas às formas atuais de reprodução econômica e social, com importância relevante para a preservação da unidade de produção familiar.

Diferenças que marcam um tempo anterior à presença do Estado podem ser percebidas quando da elaboração do primeiro Plano de Uso (1992) e o Plano vigente, publicado no *Diário Oficial* da União em 1995. Estas podem ser mencionadas na comparação entre o registro dos documentos constantes nos arquivos do CNS e as atas dessas reuniões. Os problemas mencionados, segundo os seringueiros, eram ocasionados

por fatores externos. Os grandes desmatamentos em torno da Resex impactaram seu interior. Afastaram e exterminaram animais, prejudicaram leitos de rios e igarapés e reduziram, conseqüentemente, a quantidade de peixes.

A questão em pauta sobre a escassez da fauna, sobretudo dos animais que conformavam o hábito alimentar dessas comunidades – veado, tatu, capivara, macaco, paca e jabuti, além de outras já extintas –, traduzia uma demanda alimentar da própria comunidade. A problemática não parecia de fácil solução, uma vez que a Resex passava a se constituir numa área cercada por fazendas, projetos de colonização, estradas e a fronteira com a Bolívia.

A proposta definia alguns encaminhamentos, como a criação em cativeiro de animais, para consumo e comercialização. Animais em extinção não seriam caçados. Não seria permitido caçar com cachorros, pois, na explicação dos moradores, estes “espantavam a caça para longe”. Esta última proposta causou grande polêmica e dividia os participantes em torno da proibição, pois implicava a suspensão imediata de uma prática quase secular. Não existe colocação sem cachorros. Além do “companheiro” que percorre as estradas de seringa com o trabalhador, ele também o protege e “acua a caça”, indicando o local onde está o animal, impedindo sua fuga. Com efeito, ainda hoje, o problema permanece sendo motivo de conflitos, pois muitos moradores continuam criando cachorros. Tal medida significaria a redução da “mistura” na alimentação.

O uso do espaço e dos limites das colocações é atingido de forma a restringir a unidade de produção, alterando as regras de convivência. Antes do Plano de Utilização, não existiam “cercas” nas colocações. Os animais eram criados livremente, e uma fuga era motivo para uma “prosa” ou desacordos que se resolviam entre os moradores. Com o “Estatuto”, os conflitos relativos aos limites entre “colocações” devem ser resolvidos pelos fiscais da Resex.

Dessa maneira, as preocupações concentraram-se nas condições de reprodução econômica da família. Roçados, pastos e o tamanho da colocação, que implica o total mínimo de três estradas de seringa, estavam no centro dos conflitos. Com as proibições para o desmatamento, aumentava, entre a população, o receio de que não se poderia “abrir novos roçados” e criar bois ou que a área permitida para tais atividades era muito reduzida.

As determinações que prevaleceram para a última versão do Plano de Utilização<sup>7</sup> foram:

a) Os roçados e pastos poderão ocupar até 10 % da área da colocação, b) cada família só poderá ter uma colocação e será considerada colocação uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa; c) É proibido, a partir da homologação deste documento, usar estradas de outras colocações. As estradas devem pertencer às respectivas “colocações”.

Esta determinação não leva em consideração os conflitos mencionados, relativos às condições necessárias para a manutenção da estrutura familiar nos antigos seringais. Antes do “Estatuto”, um filho se casava e ia morar próximo da família, na mesma colocação ou na mais próxima, garantindo não somente a manutenção das formas de convivência, mas a mão-de-obra familiar. Tal interdição provocou um processo de fracionamento nas colocações atuais. Cada filho que casa e fica na colocação tem o direito a duas estradas de seringa, o que não garante a reprodução da unidade familiar com a produção da borracha, e ele, obrigatoriamente, passa a diversificar a produção.

Tais formas moldam comportamentos a partir da racionalização dos recursos naturais e recolocam em discussão o caráter multifacetado do Estado, entendido como um campo de construção e de institucionalização de disputas em termos do controle de recursos e direcionamento de processos e de posições sociais. O CNPt, ao sistematizar tais polêmicas, redefiniu relações nos seringais, sobretudo a relação do homem com a natureza e com o Estado, antes onipresente para esses trabalhadores. Ao elaborar situações conflituosas, a partir de sua lógica, retirou dos seringueiros o controle dos recursos naturais e da posse da terra, também prevista no “Estatuto”, conforme art. 4º, parágrafo 1º – “O direito real de uso será concedido a título gratuito” –, e parágrafo 2º – “O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo IBAMA e conterà cláusulas de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão ‘intervivos’”.

### *Considerações gerais*

O estudo do deslocamento do fazer político na Reserva Extrativista Chico Mendes, a partir das histórias de vida de três gerações de famílias de lideranças, elucida situações que nem sempre são percebidas como a transmissão da memória. Esta é assimilada num processo de contraposição ao presente para valorizá-lo, concomitantemente às gerações passadas. Neste caso, o que está em pauta não é a assimilação cultural de valores, mas a apropriação política destes em benefício da construção de um projeto de desen-

volvimento. Tratando-se de lideranças, observamos que o passado, mesmo o mais recente, faz parte de uma elaboração do discurso da representação, legítimo, pois incorpora práticas anteriores, mesmo que estas se distanciem da atualidade.

Entretanto, tal incongruência corresponde aos conflitos que se apresentam entre as famílias das gerações estudadas e que denunciam as correlações de forças que se manifestam em torno dos espaços institucionais. O surgimento de novas categorias de trabalhadores, como os pára-florestais, e as atividades que obedecem às pressões de mercado e à presença do Estado impuseram nova hierarquia e alteraram papéis sociais. Dos diferentes papéis exercidos na família, a figura do filho, antes submisso à autoridade do pai, passou a ser central numa inversão da posição anterior, na qual cabia somente ao pai a garantia do futuro dos filhos.

À geração dos jovens acreanos cabe a tarefa de projetar o futuro, por meio do desenvolvimento de novas técnicas. Os saberes estão dissociados: o técnico cabe à geração dos filhos de acreanos, o político, ultrapassado, coube ao pai, filho de nordestino, e ao avô, nordestino, restaram apenas as lembranças de práticas que exerciam.

Diante dos novos saberes, os pais (geração de filhos de nordestinos) não conseguem mais transmitir o saber adquirido com os conterrâneos. As crenças, os mitos, as estórias e as curas apreendidas nas relações com a floresta tornaram-se retórica para os filhos (os acreanos). Entre as duas últimas gerações, a transmissão mais perceptível é a memória política, porque justifica o novo saber apresentado sob outras práticas, na construção de uma nova identidade.

*Artigo recebido em julho de 2001 e aprovado para publicação,  
pelo Conselho Editorial, em agosto de 2001.*

## Notas

\* Esta pesquisa conta com o apoio da Fundação Ford e do governo do estado do Acre/Secretaria de Floresta e Extrativismo. Realizo esta pesquisa como pesquisadora da Universidade Federal do Acre (Ufac) – Historiadora do Grupo de Trabalho: Setor do Uso da Terra e Mudanças Globais – Setem/PZ e Centro de Pesquisa e Informação Interdisciplinar/CPEDI-Ufac. Agradeço as sugestões de minha orientadora no doutorado, professora Delma Pessanha Neves (Universidade Federal Fluminense).

\*\* Professora do Departamento de História – Ufac.

<sup>1</sup> “Em geral uma comunidade foi compreendida como uma reunião de população, habitando um território contíguo, integrado por experiências comuns, possuindo um certo número de instituições de serviços básicos, conscientes de sua unidade local” (Cook, L. A. *Community backgrounds of education*. Nova York e Londres,



Mcgraw-Hill Book Company, 1983). Maria Luiza Mousinho Guidi, em *Elementos de análise dos “estudos de comunidades” realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960*. Belo Horizonte, V REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA 1961, discrimina três elementos do conceito de comunidade: (1) uma definida área ecológica; (2) um grupo de pessoas interagindo socialmente; (3) certos interesses e valores comuns. O primeiro refere-se aos limites da comunidade.

<sup>2</sup> Parte das entrevistas utilizadas foi realizada por um projeto de pesquisa coordenado por outros pesquisadores. Ficou inconcluso, por uma série de eventualidades que não cabe aqui relatar. O projeto intitulava-se “Estudo da Fragmentação Comunitária”, cuja viagem de campo foi financiada pela Fundação Ford no Brasil. Por “coincidências acadêmicas”, coube-me, com apoio dos bolsistas que foram a campo, sistematizar um relatório de tal viagem e transcrever algumas fitas. Atualmente, a continuidade dessas reflexões é apoiada pela Secretaria de Extrativismo e Floresta do Estado do Acre.

<sup>3</sup> Forma de luta contra os desmatamentos que surgiu no processo de luta dos seringueiros contra os fazendeiros, peões, jagunços e polícia, quando da luta por terra no Acre.

<sup>4</sup> Raimundo Barros, 65 anos, liderança do seringal Floresta.

<sup>5</sup> Excelentes trabalhos, que assumem esta perspectiva, a partir do estudo da mudança social, são fontes inspiradoras: Heredia, B. A. de. *Formas de dominação e espaço social*. São Paulo, Marco Zero, 1988, MCT/CNPq; Neves, D. P. *Mudança Social: exorcizando fantasmas. Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciências Políticas*. Niterói, UFF, 1995, pp. 49-74; Garcia Jr., A. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília, Marco Zero, 1990, CNPq; Esteves, B. M. G. *Do “manso” ao “Guardião da Floresta”. Um estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999 e Palmeira, M. *Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. Contraponto. Revista do Centro de Estudos Noel Nutels*, ano II, n. 2, novembro/1976 e, ainda, experiências em outros países, como estudou Bourdieu, P. A. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

<sup>6</sup> Bourdieu, op. cit., 1979, p. 31

<sup>7</sup> Ibama. *Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre*. Brasília, Ibama/CNPq, 1995, item 6, p. 24.